

QUADRO RESUMO

INEXIGIBILIDADE	009/2026
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OBJETO:	Credenciamento, sem exclusividade, de instituições financeiras legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços bancários de arrecadação das receitas públicas municipais, compreendendo tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
DATA DE INÍCIO SESSÃO PÚBLICA:	Dia 18 de Março de 2026.
DATA DE ENCERRAMENTO SESSÃO PÚBLICA:	Dia 17 de Março de 2027.
LOCAL:	http://licitar.digital



EDITAL Nº 006/2026
PROCESSO Nº. 010/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, nº 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373-4700, por intermédio da **Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará na modalidade **INEXIGIBILIDADE**, na forma **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**, do Decreto Municipal nº. 3.001/2023, de 20 de dezembro de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO INÍCIO DO CERTAME E ABERTURA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br**, nos seguintes prazos e condições:

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO	dia 18 de março de 2026, às 00h00.
TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO	dia 17 de março de 2027, às 23h59.
LOCAL:	www.licitardigital.com.br
REFERÊNCIA DO TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.2. O prestador deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

2 – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Credenciamento, sem exclusividade, de instituições**



financeiras legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços bancários de arrecadação das receitas públicas municipais, compreendendo tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas, conforme condições, especificações e exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

2.2. Arrecadação de tributos municipais constitui obrigação essencial para garantir a manutenção da receita pública e a execução das políticas municipais. A contratação de instituições financeiras permitirá ampliar os canais de pagamento, oferecendo maior comodidade aos contribuintes e eficiência ao processo arrecadatório.

2.3. Os serviços compreendem, entre outros:

- Arrecadação via guichê de caixa, autoatendimento, internet Banking, aplicativo móvel, correspondentes bancários e casas lotéricas;
- Recebimento por DAM (Documento de Arrecadação Municipal), PIX e QR Code;
- Repasse diário dos valores arrecadados às contas municipais;
- Disponibilização de relatórios eletrônicos diários e consolidados, compatíveis com os sistemas utilizados pela Prefeitura;
- Suporte técnico para integração dos sistemas de cobrança e conciliação bancária;
- Integração dos sistemas de arrecadação com o sistema de gestão tributária do Município, mediante arquivos CNAB 240/400 ou API segura e compatível com os padrões do Banco Central do Brasil.

2.4. O preço será fixo e irrevogável pelo período contratado, contados a partir do termo de contrato, podendo ser prorrogado mediante o termo de aditivo.

2.4.1. Em caso de prorrogação da vigência contratual, o presente contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da contratada e prévia aprovação da Administração, com base na variação anual do IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), apurado pelo IBGE, desde que, após pesquisa de mercado realizada pela Administração, seja comprovada a compatibilidade do valor reajustado com os preços praticados no mercado.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. As instituições financeiras interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou através do site www.taruma.sp.gov.br/licitacoes ou www.licitardigital.com.br.

3.2. Poderão participar deste Credenciamento as instituições financeiras públicas ou privadas, legalmente constituídas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.3. Vedação de Participação:

É vedada a participação de instituições financeiras que se encontrem nas seguintes condições:

- Em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- Declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e contratar com o Poder Público;
- Que estejam em consórcio;



- d) Que tenham sido condenadas por utilização de mão de obra infantil ou análoga à escravidão, nos últimos cinco anos.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. O presente credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do Edital, período durante o qual as instituições financeiras interessadas poderão solicitar seu credenciamento a qualquer tempo, mediante apresentação da documentação exigida neste instrumento.

4.2. A análise dos pedidos de credenciamento será realizada pela Administração, por meio do sistema eletrônico utilizado pelo Município, observadas as condições de segurança, autenticidade e integridade das informações.

4.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Credenciamento deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Credenciamento eletrônico.

4.6. A participação no Credenciamento se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.8. **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

4.8.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;



4.8.2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei no 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprego menor de 16(dezesseis) anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

4.8.3. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.8.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

4.8.5. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;

4.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.3. O Agente de Contratação irá avaliar os documentos em até 5 (cinco) dias úteis..

5.4. Havendo apontamentos na documentação, a instituição financeira poderá sanar eventuais erros;

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

VII - DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico,



dos seguintes campos:

6.2. Valor unitário e total do lote e seus itens;

6.2.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do Credenciamento Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

6.8. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

6.9. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta eletrônica, previamente à abertura da sessão pública.

6.10. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital.

7 - DA CONVOCAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica (www.licitardigital.com.br), no período de **18 de março de 2026 a 17 de março de 2027**.

7.2. O Agente de Contratação terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para analisar toda a documentação e proceder com a habilitação ou inabilitação do interessado;

7.3. Sendo Habilitado, o Agente de Contratação convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e/ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;



7.4. O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma 1doc.

7.5. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 3 (três) dias úteis após o credenciamento do interessado e será afixado no site <https://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes> e www.licitardigital.com.br.

7.6. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Gestor do Contrato.

8 - DO CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

8.1. O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado habilitado(a) no credenciamento, não havendo disputa, haja vista que o preço das tarifas são definidos pela Tabela anexa a este edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Serão solicitados os seguintes documentos relativos à habilitação e proposta de preços atualizada.

9.1.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. Estatuto Social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.1.2. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.1.1.3. Certidão de entidades supervisionadas pelo Banco Central, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995;

9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;



c.1.) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).

d. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e. Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

g. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.3. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

9.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.5. Quando a autenticidade dos documentos não puder ser confirmada eletronicamente, poderá, a critério do Agente de Contratação, ser requisitada a apresentação da via original em formato físico.

9.9. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará nas sanções previstas neste Edital.

10 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. O certame será regido pelos artigos 74, 75 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

10.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

10.3. O credenciamento será utilizado na hipótese “paralela e não excludente”, conforme o art. 79, Inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021.



12 - DOS RECURSOS

12.1. Referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, caberá recurso em observância aos casos previstos no Art. 165, da Lei 14.133/21, sendo:

12.2. Hipótese de recurso apresentado para: "Impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante" – Art. 165, I, c):

12.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, sob pena de preclusão;

12.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento dos autos.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo estipulado não serão conhecidos.

12.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.8. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 - DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a análise da documentação apresentada e não havendo interposição de recurso, o Agente de Contratação encaminhará o processo para autorização da contratação.

13.2. A autorização ocorrerá individualmente para cada instituição financeira que atender às condições estabelecidas neste Edital.

13.3. A autorização e a ratificação do credenciamento serão realizadas pela autoridade competente, observadas as disposições legais aplicáveis.



14 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 14.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 14.3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 14.4. Comparecer sempre que solicitado aos órgãos controladores da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.
- 14.5. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 14.6. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte a terceiros, sem anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão.
- 14.7. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela administração.
- 14.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo, quando da execução do objeto, independente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, adotados pela CONTRATANTE, e independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 14.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido na forma do preceituado no Art. 125 da Lei Federal 14.133/21, tomando-se por base o valor contratual.
- 14.10. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.
- 14.11. Repassar ao município a arrecadação diária, **no primeiro dia útil subsequente ao da arrecadação**, mediante crédito em conta do município.
- 14.12. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive na boca do caixa e agências que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO.
- 14.13. Comunicar formalmente ao Município, em até 5 (cinco) dias úteis, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem



em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO.

14.14. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações.

14.15. Autenticar os documentos de arrecadação, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.

14.16. Manter os arquivos de retorno por um período mínimo de 180 (cento e oitenta dias) dias a disposição da CONTRATANTE.

14.17. Enviar ao Município, no próximo dia útil, de forma online, arquivo digital com total das transações do dia, para efeito de baixas.

14.18. Remeter, mensalmente, ao MUNICÍPIO o extrato da Conta de Arrecadação na qual é creditada a arrecadação, sem nenhum ônus adicional para o Município.

14.19. Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocesso.

14.20. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

14.21. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

14.22. O banco deverá disponibilizar uma interface, através de um portal web, sistema desktop, entre outros similares, onde seja possível o download diário do arquivo contendo os registros de pagamento do dia anterior.

14.23. É de responsabilidade do Banco o pagamento de diferenças recebidas à menor no cálculo de multa, juros ou correção e ainda, o pagamento efetuado de forma incorreta.

14.13. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

15 - CRITÉRIO DE CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS ENTRE OS CREDENCIADOS

15.1. O presente credenciamento será realizado **sem exclusividade**, podendo ser credenciadas todas as instituições financeiras que atenderem às condições estabelecidas neste Edital.

15.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação das receitas públicas municipais ocorrerá de



forma **não direcionada pela Administração**, considerando que o pagamento dos tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas será realizado diretamente pelo contribuinte ou usuário, que poderá optar livremente por qualquer uma das instituições financeiras credenciadas.

15.2. Dessa forma, não haverá distribuição ou divisão de demanda pela Administração Pública, sendo a utilização dos serviços decorrente da escolha do contribuinte no momento do pagamento.

15.3. As instituições credenciadas deverão disponibilizar os canais de arrecadação previstos neste Edital (guichês de caixa, internet banking, aplicativos, terminais de autoatendimento, correspondentes bancários ou outros meios autorizados), garantindo igualdade de condições na prestação dos serviços.

15.4. O credenciamento permanecerá aberto durante a vigência do Edital, possibilitando o ingresso de novas instituições financeiras que venham a atender às exigências estabelecidas.

16 – CONTRATO

16.1. Autorizado o credenciamento, a Administração, convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail, 1doc ou da comunicação na plataforma;

16.2. O contrato de credenciamento será enviado ao candidato habilitado pela plataforma eletrônica 1doc, o qual dispõe de assinador próprio.

16.3. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto nesse edital, representará a desistência da instituição financeira com relação ao procedimento previsto neste Edital.

16.4. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado e será afixado em local próprio no site www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes e www.licitardigital.com.br e/ou publicação no diário oficial municipal.

16.5. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Contratante.

17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

18 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida neste Edital para fins de credenciamento ou deixar de atender a solicitação de documentos complementares realizada pelo Agente de



Contratação durante a análise do pedido de credenciamento;

18.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.2.1. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.2.2. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.2.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.2.6. fraudar a licitação.

18.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.2.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.2.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.2.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.2.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.3.1. advertência;

18.3.2. multa;

18.3.3. impedimento de licitar e contratar e

18.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



18.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.4.2. as peculiaridades do caso concreto

18.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato.

18.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas anteriormente, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

18.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens acima, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de



advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19 - DA RESCISÃO

19.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Credenciamento se processará de acordo com fundamento no Art. 74, 75 e 79 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes do presente credenciamento, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2026, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato:

02.03.00-3.3.90-2079- **112** (2) - OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA – **R\$ 12.000,00**

21 - DO PAGAMENTO

21.1. Todas as Instituições Financeiras credenciadas repassarão ao Município, através de depósito em Conta de Arrecadação a ser informada pela Prefeitura, o valor recebido, ficando proibida qualquer sobretaxa sobre esses serviços. A conta será informada ao término do processo aos credenciados.

21.2. O pagamento será efetuado pela Administração Municipal à instituição financeira credenciada de acordo com a quantidade de documentos efetivamente arrecadados e processados, devidamente comprovados por meio de relatórios de arrecadação encaminhados pela instituição e conferidos pelo setor competente do Município.

21.3. O repasse ao município da arrecadação diária ocorrerá no primeiro dia útil subsequente ao da arrecadação, mediante crédito em conta do município, realizando, neste momento, o débito do valor cobrado pela tarifa de arrecadação.



21.4. Os valores das tarifas serão aqueles definidos no Edital, sendo vedada a cobrança de qualquer valor adicional do contribuinte referente aos serviços de arrecadação objeto deste credenciamento.

22 - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

22.1. Em caso de prorrogação da vigência contratual, o presente contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da contratada e prévia aprovação da Administração, com base na variação anual do IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), apurado pelo IBGE, desde que, após pesquisa de mercado realizada pela Administração, seja comprovada a compatibilidade do valor reajustado com os preços praticados no mercado.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultado ao Agente de Contratação Oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

23.2. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação / inabilitação.

23.3. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

23.4. As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Credenciamento, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 155 a 163, da Lei nº. 14.133/21.

23.6. De todos os atos praticados no âmbito do presente credenciamento será lavrada ata ou registro administrativo circunstanciado, inclusive em meio eletrônico no sistema utilizado pela Administração, no qual constarão as ocorrências relevantes do procedimento, bem como eventuais pedidos de esclarecimento, impugnações e manifestações apresentadas pelos interessados ou seus representantes legais.

23.7. Os interessados ainda poderão obter informações e/ou o Edital por meio eletrônico, via Internet no endereço www.licitardigital.com.br, ou através do [e-mail: licitacao@taruma.sp.gov.br](mailto:licitacao@taruma.sp.gov.br) ou ainda protocolado na Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã SP, Cep 19820-000. Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-4700 – ramal 9549 / 9538.



23.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.9. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

23.10. Não cabe à Licitar qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

23.11. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

- 23.11.1. Anexo I – ETP;
- 23.11.2. Anexo II – Mapa de Riscos;
- 23.11.3. Anexo III – Termo de Referência;
- 23.11.4. Anexo IV – Minuta de Contrato;
- 23.11.5. Anexo V – Proposta de Credenciamento.

23.12. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

23.13. A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a Prefeitura de Tarumã poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção.

23.14. Caso seja identificada eventual divergência, omissão ou inconsistência entre as disposições constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e neste Edital, o interessado deverá solicitar esclarecimento formal à Administração, por meio dos canais e prazos previstos neste Edital. A Administração analisará a solicitação e emitirá resposta oficial, que será divulgada aos interessados e passará a integrar o instrumento convocatório, devendo ser observada por todos os participantes.

23.15. Fica eleito o foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã/SP, 17 de março de 2026.

JOSÉ RICARDO AMBONATI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ



Anexo I – ETP



Anexo II – Mapa de Riscos



Anexo III – Termo de Referência



ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA CREDENCIAMENTO SEM EXCLUSIVIDADE, DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LEGALMENTE AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO TRIBUTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, o Senhor **JOSE RICARDO AMBONATI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.611.392-5 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 164.580.208-64, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a instituição financeira_____, inscrita no CNPJ sob nº_____, e Inscrição Estadual nº_____, com sede a Rua____nº_____, no município de_____, Estado de_____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor_____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº_____, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº_____, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância ao Credenciamento Eletrônico nº_____/2026, homologado em_____, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é o **Credenciamento, sem exclusividade, de instituições financeiras legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços bancários de arrecadação das receitas públicas municipais, compreendendo tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas**, conforme descrição contida nos ANEXOS, Projeto Básico e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº 006/2026 – Credenciamento Eletrônico nº 001/2026, ao Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3. A tabela abaixo apresenta os valores máximos de tarifas que poderão ser cobradas:



Serviço	Valor (R\$)
Guichê de caixa	2,10
Rede lotérica ou similar	2,10
Internet banking	2,10
Auto atendimento	2,10
Correspondentes bancários	2,10
Gerenciador financeiro	2,10
Aplicativo móvel	2,10
Débito em conta	2,10

3.1. O montante final a ser pago dependerá do quantitativo real de guias liquidadas em cada exercício.

3.2. As tarifas cobradas pelos serviços de arrecadação deverão seguir obrigatoriamente as tabelas de tarifas apresentadas no momento do credenciamento. A revisão dessas tarifas, por meio de termo aditivo, somente será permitida após análise rigorosa da Administração, conforme procedimentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, ou novas regulamentações por parte do Banco Central do Brasil.

3.3. Todas as Instituições Financeiras credenciadas repassarão ao Município, através de depósito em Conta de Arrecadação a ser informada pelo Município, o valor recebido, ficando proibida qualquer sobretaxa sobre esses serviços. A conta será informada ao término do processo aos credenciados

3.4. Os valores apresentados tratam-se de uma estimativa, sendo as tarifas efetivadas de acordo com os documentos arrecadados.

3.5. O repasse ao município da arrecadação diária ocorrerá no primeiro dia útil subsequente ao da arrecadação, mediante crédito em conta do município, realizando, neste momento, o débito do valor cobrado pela tarifa de arrecadação

3.6. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

CLÁUSULA QUARTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

4. Em caso de prorrogação da vigência, o presente contrato poderá ser reajustado com base no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial) anual do IBGE, desde que, após pesquisa de preços, seja comprovado que o valor reajustado esteja compatível com os preços praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

5. As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2026, será consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato:



02.03.00-3.3.90-2079- **112** (2) - OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA – **R\$ 12.000,00**

CLÁUSULA SEXTA **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1. Executar a arrecadação dos tributos municipais via carnê ou guia de recolhimento sem ônus para os contribuintes.

6.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

6.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

6.5. Receber através do documento de arrecadação definido e aprovado pela Administração Municipal, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste CONTRATO.

6.6. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive na boca do caixa e agências que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO

6.7. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de **Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico**.

6.8. Comunicar formalmente ao Município, em até 5 (cinco) dias úteis, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO.

6.9. A informação recebida nos documentos de arrecadação municipal será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica

6.10. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações.

6.11. Manter os arquivos de retorno por um período mínimo de 180 (cento e oitenta dias) dias a



disposição da CONTRATANTE.

- 6.12. Enviar ao Município, no próximo dia útil, de forma online, arquivo digital com total das transações do dia, para efeito de baixas
- 6.13. Remeter, mensalmente, ao MUNICÍPIO o extrato da Conta de Arrecadação na qual é creditada a arrecadação, sem nenhum ônus adicional para o Município
- 6.14. Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias
- 6.15. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos
- 6.16. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes
- 6.17. Assegurar que o contribuinte/devedor possa realizar o recolhimento das através dos canais de atendimento (guichês de caixa, caixas eletrônicos, "home/office banking", internet) e outras modalidades utilizadas pelo banco contratado
- 6.18. banco deverá disponibilizar uma interface, através de um portal web, sistema desktop, entre outros similares, onde seja possível o download diário do arquivo contendo os registros de pagamento do dia anterior.
- 6.19. É de responsabilidade do Banco o pagamento de diferenças recebidas à menor no cálculo de multa, juros ou correção e ainda, o pagamento efetuado de forma incorreta
- 6.20. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA SETIMA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:
 - a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento.
 - b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Contrato.
 - c) Fiscalizar a prestação dos serviços.
 - d) Não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 137, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.



CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

8. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

8.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do § 2º do art. 137 com as consequências previstas no § 2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

8.3. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.5. apuração de indenizações e multas; e

8.6. notificação dos emitentes da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, quando cabível.

CLÁUSULA NOVA DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CREDENCIADA, ou a não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar a aplicação das sanções administrativas previstas no artigos 155 a 163 da Lei Federal nº. 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados ao Município, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10. A vigência do termo de contrato será de **1 (um) ano** a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto art. 107 da Lei nº 14.133/21.

10.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

11. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.



11.1. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, ____ de ____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
Secretário Municipal
Contratante

Instituição Financeira
Representante legal
Contratada

Fiscal do Contrato

1. _____
RG nº

Gestor do Contrato

1. _____
RG nº



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADA: _____
CONTRATO Nº. _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- acompanhar os atos do processo de credenciamento até a decisão final da Administração quanto à análise do pedido de credenciamento e sua respectiva publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, _____ de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2026 - CREDENCIAMENTO N.º 001/2026

Razão Social: _____, CNPJ: _____._____/_____-_____
Logradouro: _____, nº _____, Bairro: _____
Cidade: _____, UF: _____, CEP: _____-_____, Telefone: (____) _____-_____
E-mail: _____

A Instituição Financeira acima se propõe a executar o objeto, conforme discriminado no **Termo de Referência**, no Edital e seus anexos, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente e conforme Contrato.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.

OBS: Colocar na Planilha acima apenas os itens credenciados.

Declaro ter tomado conhecimento de todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório referente ao credenciamento em epígrafe, bem como de seus anexos, estando ciente dos requisitos para participação, das condições para prestação dos serviços e da forma de remuneração prevista para a execução do objeto.

Declaro para os devidos fins que a proposta acima compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local, data.

Nome do Responsável
RG nº. _____

CPF nº _____
Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores - CEP 19822-074 - Tarumã - SP - Fone/Fax (18) 3373-4700
WWW.TARUMA.SP.GOV.BR

